

004ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa-noite. Neste momento damos início à Audiência Pública com o objetivo de debater a aplicação do Plano de Manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí. Passamos à leitura do edital (Lê.): “O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 17/06/2013, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater a aplicação do Plano de Manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí. Gabinete da Presidência, 23 de maio de 2013. Ver. Thiago Duarte, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa dos trabalhos: o Sr. Presidente desta Audiência, Ver. Waldir Canal; Sr. representante do Prefeito Municipal de Porto Alegre, Cláudio Dilda, Secretário Municipal do Meio Ambiente; Sr. representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Luis Fernando Perelló, Secretário Estadual Adjunto do Meio Ambiente; Sr. representante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Carlos Gomes; Sr. representante do Ministério Público Estadual, Promotor Luciano de Faria Brasil; Sr. representante do Comando Ambiental da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Major Rodrigo Gonçalves dos Santos.

Com a palavra o Sr. Presidente desta Audiência Pública, Ver. Waldir Canal.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Declaro aberta a presente Audiência Pública. Desde já, quero comunicar que já estão abertas as inscrições com a nossa assessoria para as pessoas que quiserem se manifestar. São dez inscrições favoráveis. Apenas para situarmos a presente Audiência Pública: o debate visa a adequar as regras previstas no Projeto do Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí e da Área de Proteção Ambiental, APA, do Delta do Jacuí, determinado pelo art. 7º da Lei nº 12.371 de 2005, que veio definir os limites das áreas desse Parque criado em 1976, pelo Decreto nº 24.385. Esta Audiência Pública visa a debater diferentes questões, principalmente das 200 famílias da Ilha da Pintada, e reduzir ações de pesca no local, envolvendo cerca de 1.200 pescadores de Porto Alegre. É um tema que envolve habitação, cultura, economia,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

trabalho, também desenvolvimento, educação, turismo e assistência social; por isso, precisa atenção redobrada. Para atender aos prazos judiciais, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente deve apresentar e implementar com a máxima brevidade um plano para adequações à preservação ambiental e riquezas naturais do local. Esse processo de discussão iniciou na Colônia de Pescadores Z-5, da Ilha da Pintada, no início de abril de 2013. Essa questão envolve as cidades de Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Canoas, Triunfo e a capital do Estado. Gostaria, inicialmente, de colocar a palavra à disposição do Sr. Luiz Fernando Perelló, Secretário Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ FERNANDO PERELLÓ: Senhor Presidente desta Audiência, Ver. Waldir Canal; Senhor representante do Prefeito Municipal de Porto Alegre, Cláudio Dilda, Secretário Adjunto de Estado do Meio Ambiente; Senhor representante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Carlos Gomes; Senhor representante do Ministério Público Estadual, Promotor Luciano de Faria Brasil; Senhor representante do Comando Ambiental da Brigada Militar, Major Rodrigo Gonçalves dos Santos; boa-noite a todos. Mais uma vez, agradeço a oportunidade de fazer essa discussão com a comunidade diretamente envolvida com as questões relacionadas ao Plano de Manejo do Delta do Jacuí. A última vez que nós nos encontramos foi na Assembleia Legislativa, num evento semelhante a este, presidido pelo Dep. Carlos Gomes, oportunidade em que fizemos algumas considerações sobre o andamento do Plano de Manejo. De lá para cá, as coisas não evoluíram muito, mas evidente que já sofreram algumas modificações, então, o meu papel aqui hoje, basicamente, é atualizá-los – estou vendo que boa parte dos rostos que estão aqui também estavam presentes naquele encontro lá na Assembleia.

Bom, qual é o *status* hoje do Plano de Manejo do Delta do Jacuí? De certa forma, o que tinha que ser feito em termos de trabalhos técnicos está concluído. E naquela oportunidade em que várias pessoas da comunidade se manifestaram ficou evidente que as preocupações maiores não se davam com relação ao Plano propriamente dito, no que diz respeito à área dentro da unidade de conservação. Os grandes questionamentos surgidos naquela data estavam diretamente relacionados com a zona de amortecimento, quer dizer, a ansiedade das pessoas, de certa forma compreensível, era sobre o que vai

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

se dar no entorno do Parque, por quê? Porque justamente é o entorno do Parque que abriga o maior contingente de moradores, o maior contingente de atividades antrópicas. Em que pé isso está hoje? Nós, por conta disso, estamos revisando o perímetro da zona de amortecimento, por quê? Porque a zona de amortecimento que está sendo proposta para o Parque Estadual Delta do Jacuí se sobrepõe à APA Delta do Jacuí, que é uma outra unidade de conservação, esta, sim, de uso sustentável. A SEMA contratou os dois planos, eles foram feitos por entidades distintas. O Plano do Delta foi feito pela Fundação Zoobotânica; e o Plano de Manejo da APA foi produzido por uma empresa privada de consultoria. Não estava, em ambos os termos de referência, a necessidade de compatibilizar os regramentos dos dois planos, nas áreas em que eles se sobrepõem. E é isso que nós estamos fazendo agora. Nós estamos revisando os regramentos que haviam sido proposto para a zona de amortecimento, e compatibilizando-os com a área da APA. Isso é o que está sendo feito neste momento. Com relação a prazos, eu não me arriscaria a falar nos prazos ainda, mas a gente já passou da metade e está, praticamente, indo para fase de conclusão. A próxima etapa é juntar isso num documento que a gente chama de relatório executivo, digamos assim, uma grande síntese desse trabalho, e disponibilizar assim como são disponibilizados relatórios de impacto ambiental para que a comunidade se manifeste sobre ele. Lá nas Ilhas, vamos deixar cópias onde for necessário, para que a gente possa ouvir a comunidade sobre aquilo que tecnicamente foi proposto. E a partir desse momento, de forma consensuada, vamos buscar as soluções que, eventualmente, aparecerem para os conflitos que ali seguramente ficarem expostos. Lá na Assembleia, lembro que fui indagado sobre que soluções a gente poderia dar, por exemplo, para as pessoas que hoje pescam na área do Parque, como o Plano poderia ver isso. Eu, particularmente, não vejo muito problema nisso. Acho que é facilmente solucionável essa questão, até porque nós já temos aqui no próprio Estado uma situação semelhante. No Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quando ele foi criado, nós tínhamos 160 ou 140 famílias de pescadores dentro da área do Parque. Naquela oportunidade, o Ibama tinha ou que tirar as pessoas de dentro do Parque, o que seria complicado sob vários aspectos, ou conceder uma licença precária para que essas pessoas seguissem tirando o seu sustento dali daquele local, licenças essas que não se perpetuavam. Então, o João da Silva tinha a sua licença. No momento em que o João da Silva desaparece, a licença dele cai. Ela não vai de pai para filho. Com isso, de certa forma, a gente consegue estabelecer

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

um prazo para que essas atividades, gradativamente, saiam dali de dentro, que é o que a legislação manda. A gente não pode esquecer que essas iniciativas precisam ser pensadas por imposição legal. É claro que eu dei apenas um exemplo de como se poderia buscar uma solução para isso, a gente não está nesta fase ainda, mas logo chegaremos lá. É evidente que, quando chegar este momento, esta discussão vai se dar de maneira coletiva, e a gente vai ser obrigado a ouvir muitos outros atores, além dos próprios envolvidos diretamente. Por exemplo, o próprio MP teria que participar diretamente dessa solução. Então, eu quero, de certa forma, tranquilizá-los porque a gente teve uma audiência bem rumorosa, pode-se dizer, lá na ilha. Depois, tivemos uma um pouco melhor, levando esse aspecto em conta, ali na Assembleia, e eu acho que é mais ou menos assim que a gente consegue evoluir, ou seja, discutindo pontualmente os problemas relacionados com o conjunto, com a comunidade. Isso não é muito difícil de fazer. A Sema quer fazer isso, vai fazer isso. Então, eu queria tranquilizá-los nesse aspecto. As pessoas às vezes atacam a gente dizendo que ainda não têm água, luz e perguntam como isso vai ficar. Essas questões, o Plano de Manejo vai resolver. Assim como boa parte da regulação dos usos no entorno terão que ser construídas de forma gradativa. Mais uma vez me coloco à disposição para responder as indagações relacionadas ao tema e fico aqui com os senhores até os senhores entenderem necessário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito obrigado, senhor representante do Governo Estadual. Quero agradecer e citar a presença do nosso colega Vereador Airto Ferronato, do Ver. Reginaldo Pujol, que também se encontra acompanhando a presente Audiência, do Ver. Fábio Leal, de Eldorado do Sul, e do Ver. Alexandre, de Viamão. Quero agradecer a Patrícia, gestora do CAR das Ilhas, que também se encontra, bem como as demais autoridades que estão aqui, representantes, segmentos sociais, moradores. Passo a palavra para o Sr. Luciano de Faria Brasil, Promotor, representante do Ministério Público Estadual. Dez minutos para a sua fala inicial.

O SR. LUCIANO DE FARIA BRASIL: Espero não usar todo o tempo, Vereador. Na pessoa do Ver. Waldir Canal, cumprimento todas as autoridades aqui presentes e cumprimento todos os integrantes do nosso plenário, toda a assistência, toda a platéia,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

notadamente os moradores do Delta do Jacuí, que são os grandes interessados no tema que hoje se debate. Muito boa a iniciativa da Câmara Municipal no sentido de oferecer mais um fórum de discussão. Como disse o Ver. Waldir Canal, esta não é uma discussão que se prende exclusivamente ao aspecto ambiental, econômico, mas também tem conexão com aspectos culturais, com aspecto da preservação da dignidade, com aspectos urbanísticos. Nós diríamos, antigamente, que é uma questão multidisciplinar; hoje, se diria, com este novo adjetivo ,que ela é transversal. Vamos fazer uma breve recapitulação a partir do fundamento da atuação do Ministério Público. Nós sabemos que as ilhas vêm sendo ocupadas desde larga data. Elas têm ocupação humana basicamente organizada a partir da atividade pesqueira. No entanto, a cidade de Porto Alegre não se organizou urbanisticamente nos últimos séculos em função dessa atividade econômica e sim em razão de outras atividades. O fato é que a Cidade urbanisticamente cresceu de costas para o rio e apenas em data muito recente os cidadãos de Porto Alegre tiveram acesso inclusive visual ao rio a não ser aqueles que moravam nos altos da Cidade ou aqueles que moravam no Centro de Porto Alegre, nas proximidades do Porto, antes da construção do Muro da Mauá em 1971. Quais as consequências práticas disso em um resumo muito sucinto? A comunidade ou as comunidades das respectivas ilhas ficaram à margem e se tornaram, por assim dizer, autônomas em face do Poder Público. O Poder Público nada alcançou e quando o fez o fez justamente em razão da atividade comunitária que ali se empreendeu demandando escola, posto de saúde, acesso viário, mas tudo isso ocorreu porque as comunidades, em determinado momento, postularam ou diretamente por meio de seus representantes eleitos na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa, ou diretamente aos seus prefeitos municipais. Esse é um ponto e isso é indiscutível. Tudo Isso que discutimos hoje decorre do fato de que, por muito tempo, a Cidade, como instituição, como poder político, como poder econômico esteve de costas para o rio, e, portanto, de costas para o Delta e para as suas comunidades. Acho que isso ninguém discute.

Cortamos aqui e passamos à atuação do Ministério Público. O Ministério Público é uma instituição que, por força do que determinado na Constituição Federal, tem o dever de exigir dos Poderes Públicos o respeito à Constituição e às leis. Nesse contexto se insere a nossa atuação nessa questão do Delta. Falo das ações civis públicas, que são ações judiciais que foram ajuizadas com os propósitos, primeiro, de garantir a implantação tanto

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

do Parque Estadual do Delta do Jacuí quanto da Área de Proteção Ambiental; segundo, de garantir a dignidade das comunidade ali radicadas. Por que dizemos isso? Porque existe hoje um princípio que é inafastável no chamado direito urbanístico contemporâneo, que é o do mínimo deslocamento das populações. Quanto mais nós pudermos assegurar que as populações, mesmo assentadas de maneira irregular, possam permanecer no local onde estão enraizadas, onde aquelas pessoas construíram sua vida, suas relações familiares, suas relações humanas, relações entre a comunidade, com a escola, com o posto de saúde, tanto melhor para a preservação do tecido daquela comunidade no tecido social e da própria situação que se quer regravar.

Então, essa tem sido a tônica da nossa atuação, senhores, e eu digo à comunidade, a quem tratei como irmãos, porque estamos todos irmanados nessa luta, que essa luta é legal e constitucional. Eu disse ao Juramar em outras oportunidades – e em vários debates, tive oportunidade de refinar meu ponto de vista –, que quando nós iniciamos essa atuação nós tínhamos um viés muito mais ambiental do que urbanístico, muito mais ambiental do que humano, mas ao conhecer melhor as comunidades, e essa é uma caminhada que vamos construindo juntos e vamos conhecendo as pessoas e suas dificuldades, hoje, o Ministério Público – eu falo pela Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística – está convencido de que a defesa ambiental caminha lado a lado com a preservação da garantia dos direitos das comunidades. (Palmas.) Eu agradeço as palmas, mas eu digo: não deve ser aplaudido, porque isso nada mais é do que obrigação do Ministério Público, e falo aqui sem querer colocar os meus queridos companheiros de Mesa em mora, em débito, mas eu acho que temos que construir soluções, e vamos nos aproximando disso na medida em que o nosso Secretário Estadual do Meio Ambiente, que aqui se encontra presente, nos dá um dado muito interessante, que é justamente a construção de regimes jurídicos diferenciados. Juridicamente o que é isso, meus amigos? É construir uma solução normativa para o caso concreto. Porque não se pode incluir a situação das Ilhas da camisa de força da lei que não foi feita para essa situação. A Lei Urbanística da cidade de Porto Alegre e seus distintos regimes jurídicos contidos no Plano Diretor foram feitos para a Cidade continental, não para as Ilhas. Então, o que nós temos feito, no que nós temos trabalhado, o que temos instado? O Secretário Municipal do Meio Ambiente está aqui, também temos trabalhado com a Secretaria Municipal de Urbanismo, e nós temos feito isso com as vilas

pág. 6

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

de Porto Alegre. O que o Ministério Público tem proposto? Temos proposto justamente isso: a edição de decretos ou leis que proponham um regramento específico e diferenciado para essas áreas, porque você não pode tratar a vila da mesma maneira que o bairro Bela Vista em termos de exigências, senão nós nunca teremos a regularização. Para encerrar, e o que nós queremos ao cabo desse processo todo? Que todos as senhoras e os senhores tenham a titulação da área, tenham CEP, tenham acesso aos serviços públicos fundamentais – água, esgoto, eletricidade, tudo isso de maneira regular –, que possam, com orgulho, pagar os seus impostos e dizer: “Somos cidadãos de maneira plena, nós pagamos nossos tributos e recebemos serviços públicos porque temos direito”. Isso que nós queremos, esse é o nosso posicionamento e estamos aqui nesta Audiência Pública também, Secretário, para nos atualizar sobre o que está sendo feito, para que possamos levar todas essas informações para os autos do processo e construir, com a ajuda de vocês, uma solução, porque, se a solução não vier pela via da composição, da concertação, do diálogo, ela virá pela via da força de uma decisão judicial, e isso sempre é pior. Apostamos no diálogo e apostamos na compreensão dos homens públicos para alcançar a essas comunidades o que elas merecem: cidadania. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito obrigado, Dr. Luciano de Faria Brasil. Esse realmente é um dos objetivos da Audiência Pública: que a comunidade seja ouvida e que venha a ser levada em consideração a atual situação social em que se encontram as Ilhas.

Quero agradecer a presença do Superintendente do Ministério da Pesca, Sr. Gilmar Coelho; do ex-Deputado Sérgio Peres, que também acompanha nossa Audiência Pública; do Bichinho, que é o gestor, juntamente com a Patrícia, nas Ilhas; também do Ver. Paulo Banana, de Eldorado do Sul.

O Sr. Cláudio Dilda, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO DILDA: Meus queridos mestres! Eu reconheço muitas faces das que estão aqui presentes. Eu acho que, Irmão Laurindo, muitos de vocês se lembram dos nossos encontros, discussões e embates lá nos idos de 2005, 2006, época em que, de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

alguma maneira, pelo menos por parte do processo, eu tinha responsabilidade; hoje, o meu caro Secretário Perelló está com ela. Mas gostaria de partir da seguinte afirmativa: não há reparos naquilo que o Dr. Luciano acaba de falar. A questão não pode ser vista como se nós fôssemos exímios e convictos adeptos cartesianos. Ou seja, cada coisinha na sua gaveta, o ambiente o econômico e a população aqui, e a atividade ali, não, pois a própria definição de ambiente compreende todo um conjunto. E há aqui, sim, senhores, um longo período histórico. Não gostaria de adentrar agora em aspectos que comprovam ou demonstram onde, quando e como as omissões, ou seja lá o que for, aconteceram. O fato é que nós nos deparamos neste 2013 com um cenário por todos conhecido; todos conhecem, mas também ansiamos por soluções concretas. Eu não diria que as informações trazidas pelo Secretário de Meio Ambiente Perelló são só alvissareiras, eu diria que elas são derradeiras. Elas estão apontando para tempos e decisões. A salientar que a definição de normas e as regras diferenciadas no que diz respeito ao Parque Delta do Jacuí e às áreas de proteção ambiental são um item fundamental na definição das regras. E eu tenho certeza absoluta de que elas, Secretário Perelló e Dr. Luciano, representarão um marco. E digo para os senhores: serei um daqueles que se sentirão muito felizes em não só ver, mas participar, contribuir, para que isso efetivamente tenha uma solução definitiva. Porque há um aspecto que nós não podemos separar deste contexto todo, que é o sentido do pertencimento de quem está há décadas naqueles espaços. Este sentido de pertencimento é o que faz com que as pessoas efetivamente possam levar sua vida, construir sua vida e a dos seus dentro de regras definidas, claras. Eu não sei se estaria exagerando dizendo definitivas, já que os processos são dinâmicos, como dinâmica é a nossa própria evolução como espécie, a humana. E não podemos – este é um outro aspecto que eu gostaria de salientar –, meus caros mestres, raciocinar tendo por base o danoso “umbicalismo”, ou seja, “atendidas as minhas expectativas, o resto que se dane”. Tenho a convicção de que, Secretário Perelló, tomadas essas definições, nós teremos todos os moradores, aqueles que se encontram naquele local, agentes ativos, convictos de que a área deve ser preservada. E nós não teremos esta adesão sem as definições. Tenho certeza de que todos os senhores e mais os outros milhares que se encontram naqueles espaços... E aqui lhes digo que a municipalidade, através das suas diversas Secretarias, estará lado a lado com a Sema, com o Ministério Público, para cumprir o seu papel e obviamente tornando aqueles espaços, que hoje não

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

reúnem condições humanas de vida, em áreas devidamente organizadas. Então, quem vive essa sensação de pertencimento também vai ser aquele que vai proteger aquele ambiente, que é também seu.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito obrigado, Secretário Municipal Cláudio Dilda. O Sr. Carlos Gomes, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. CARLOS GOMES: Eu gostaria, Sr. Presidente, Ver. Waldir Canal, de ouvir primeiramente as manifestações das pessoas e, depois, com a sua permissão, farei a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito bem.

O Sr. Rodrigo Gonçalves dos Santos, Major do Comando Ambiental da Brigada Militar, está com a palavra.

O SR. RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS: Primeiramente, eu gostaria de agradecer à sua pessoa, Ver. Waldir Canal, o convite estendido ao Comando Ambiental da Brigada Militar para participar desta Audiência, cumprimentando a todos da Mesa e a todos os integrantes que estão nesse auditório. Em que pese o Comando Ambiental ser uma entidade meramente de fiscalização, ela não participa ativamente do processo de licenciamento. Nós viemos, há muito tempo, acompanhando esta questão que envolve essa importante unidade de conservação, que é o Parque Estadual Delta do Jacuí e, depois, mais recentemente, a APA do Delta do Jacuí. E eu estava comentando, inclusive, com o nosso Vereador no sentido de que, lá atrás, quando foi feita a discussão inicial de separação das áreas da APA, já tinham sido levantadas algumas questões que, felizmente, estão sendo retomadas agora, estão sendo, de uma vez por todas, resolvidas. E que bom que isso aconteceu. Podemos dizer que foi uma pena que demorou um pouco, mas, pelo menos, podemos ser testemunhas, neste momento, de que essa ação voltou a ser discutida de uma forma visando ao todo. Como o nosso ilustre Secretário de Meio Ambiente falou, a própria definição de meio ambiente já traz essa questão. O meio ambiente é um todo indivisível, não tem como ser compartimentado. E é óbvio que esse

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

processo de planejamento – pois o plano de manejo nada mais é do que um plano de manejo do que queremos fazer dentro das unidades de conservação – deve, de forma imperativa, levar em consideração os aspectos sociais de toda aquela população e de toda aquela comunidade que vive naquelas ilhas, onde somos testemunhas, não só da presença, mas de todo o esforço que essas pessoas sempre tiveram na questão da proteção, também, da área do Parque. Então, neste sentido, estamos muito contentes, não só de poder participar desta Audiência, mas também por saber que o rumo que está sendo dado nesta discussão que está sendo feita, ao nosso ver, está sendo levado para um caminho correto. Então, nós só temos a colocar, de novo, que o Comando Ambiental está à disposição naquilo que for possível, naquilo que for necessário, somos parceiros no sentido de tentar achar soluções em conjunto, mas soluções que, efetivamente, tenham um resultado positivo para o meio ambiente, incluindo as pessoas. Esse é o grande desafio.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito obrigado, Major Rodrigo Gonçalves dos Santos, representando o Comando da Brigada Militar. Vamos passar às inscrições. Cada inscrição terá a duração de cinco minutos para cada manifestação, e o tempo será controlado pela assessoria. O Irmão Marista Laurindo está com a palavra.

O SR. LAURINDO: Primeiro, sou Irmão Marista, já estou há 13 anos trabalhando lá nas ilhas, já fiz mais de 170 reuniões gerais acompanhando todo o processo, desde 2001, através de todos esses movimentos que foram realizados, tanto em termos de Prefeitura, quanto de Governo Estadual e assim por diante. Primeiro, quero cumprimentar a Mesa, dar os parabéns por aquilo que falaram. E acredito que realmente, daqui para frente, teremos uns passos um pouquinho mais firmes. Meus parabéns por aquilo que foi colocado. Estou aqui com três pastas – têm mais sete em casa, iguais – com documentos – federais, estaduais, municipais, e assim por diante – que foram trabalhados, e todos eles atestam, afirmam, insistem nos direitos fundamentais das pessoas, dos moradores. E o que preocupa toda a população das ilhas é a demora. São argumentos muito bonitos, nós estamos satisfeitos com aquilo que está sendo trabalhado, com os dois projetos, apenas com pequenas diferenças, bem como com o próprio Conselho Deliberativo que está trabalhando muito, mas eu só vou salientar algumas urgências, porque cada um,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

depois, vai colocar alguma coisa. Eu precisava, no mínimo, de 20 minutos, mas tudo bem. As urgências são as seguintes: primeiro, todas as autoridades têm que tomar consciência de que as ilhas, as quatro ilhas habitadas fazem uma nova região de Porto Alegre, sendo que a mais carente é aquela que menos recebeu e que mais necessita, como região de Porto Alegre; segundo: nós temos urgência em ver aquele galpão de reciclagem que está para ser construído no continente, do lado de cá do rio, para os moradores das ilhas, principalmente das Ilhas do Pavão e dos Marinheiros. Isso aí, por enquanto, está só no papel, então é urgente; quanto à situação dos pescadores, já vieram algumas opiniões, alguns encaminhamentos, acredito que vai dar certo, e é urgente resolver este problema. Outra coisa urgente é a demarcação *in loco* dos limites, porque ninguém sabe onde começa a APA e onde começa a área do Parque. Ela está genericamente definida, mas é preciso demarcar com urgência, principalmente, nas áreas onde têm moradores; no caso, a Ilha dos Marinheiros, que está invadindo por ali; é importante também a Prefeitura preparar as áreas, de modo especial, mas eu creio que, se o próprio Estado começar a aterrar, nivelar, preparar as áreas para reassentamento dos moradores. Nós temos o problema da ponte, não vai demorar. Mas a Prefeitura Municipal vai demorar, no mínimo, dois anos para preparar a área. Então, é preciso começar urgente, a SMAM, a Prefeitura Municipal, enfim, todos os órgãos envolvidos que se entendam.

Levantamento dos pontos conflitantes ainda entre os dois projetos concretos – “Olha, é este ponto, é aquele” –, depois, juntos, sentarmos para resolver, junto com as autoridades dos diversos setores, e com os moradores, que têm direito a isso.

Outra coisa urgente é tirar cópia – a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, eu achei que já deveria ter aqui, pelo menos, todas as autoridades cada uma com o documento em mão dos dois Projetos para podermos ver, discutir! Não adianta sem ter o Projeto na mão. Então, fica tudo aéreo. Acho que investir ali R\$ 2 mil ou um pouco mais para tirar essas cópias e entregar para os próprios moradores, principalmente, e às diversas autoridades. Mas, também, entre autoridades, cabe à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e à Prefeitura Municipal resolver esse problema. Eu tirei uma cópia pegando dinheiro das crianças.

Realizar o que já está definitivamente aprovado por Lei, são muitas Leis federais, estaduais, etc., aprovando tudo isso. Então, é preciso fazer isso sair do papel, é preciso fazer acontecer.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

Outro ponto que todos estão sentindo, e comentando, é que faltou um pouquinho de vontade política, muito mais do que outros problemas. Se houvesse, realmente, vontade política de todos trabalharem juntos, esse problema já teria sido resolvido em grande parte. Eu acredito que está na hora de a Prefeitura Municipal, as diversas Secretarias, e o Estado, e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com os diversos organismos – não é só uma pessoa, são diversos setores envolvidos –, está na hora de se reunirem, darem as mãos e trabalharem juntos, do contrário, daqui a cinco, seis anos ainda não teremos as respostas. E assim por diante.

Outra coisa importante é que a Prefeitura Municipal e o Estado, juntos, aproveitem o ferro quente e decretar de utilidade pública toda aquela área que era dita da Ipiranga, que agora um cidadão estrangeiro comprou, e está criando problema lá dentro. Decreta de utilidade pública, aquilo, sempre que se tentou resolver problema, era para colocar ali dentro moradores, ginásio de esporte, área de lazer, enfim uma série de coisas para os moradores.

Outra coisa que temos que acabar é com as constantes ameaças que o povo ouve por ali – tira, mas não tira; sai, mas não sai; é proibido construir, é proibido reformar a casa; são proibidas mil coisas! E ainda hoje, semana passada, tivemos problemas ali.

Então, essa angústia, essas ameaças ao povo são insuportáveis. Por isso apelo por esse lado humano também. Agradeço a atenção das autoridades, e de toda a comunidade. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Obrigado, Irmão. Quero registrar a presença e convidar a fazer parte da mesa, representante da Defesa Civil do Município, Sr. Márcio Cardoso.

O Sr. Juramar Vargas, da Associação dos Ilhéus Ecológicos, está com a palavra.

O SR. JURAMAR VARGAS: Eu, também, pertenço à Associação Caminho das Águas, como membro da coordenação. Quero dizer, aqui, que a questão do pertencimento, a sensitiva dos rios são os pescadores, os ribeirinhos; sempre, e assim o é, quando há alguma coisa errada nas águas, nos rios, o primeiro que sente é o pescador. E, nessa questão da pesca, na questão dos planos de manejo, há que se ter uma sensibilidade do Estado, de uma proximidade com as comunidades tradicionais da pesca, dos pescadores,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

dos ribeirinhos, nessa questão. Há que se ter essa proximidade de discussão, e até numa proposta da Zoobotânica, na Assembleia Legislativa, disse ter o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente, e a comunidade tradicional dos pescadores para juntos discutirem as suas questões.

Eu quero dizer que fiquei ouvindo atentamente a explanação do Dr. Luciano, e é esta a preocupação que permanece, porque vendo os planos dos Municípios do entorno do Delta do Jacuí, há a percepção de que o único plano que está fora da casinha é o de Porto Alegre. E, aí, vem essa questão de as cidades terem sempre essa colocação de costa para as ilhas. E as ilhas se movimentaram pela sua iniciativa, como o Dr. Luciano falou. Há essa preocupação porque nós temos um crescimento, a partir do momento em que foi sancionado o Projeto de Lei que criou a APA, lá em 2005, e não foram feitos os encaminhamentos, e nós estamos em 2013. Houve um inchaço, a questão social cresceu. Aqui, eu não vou nem falar dos megaprojetos que estão aí, mas sobre uma fala do próprio Executivo do Município de que ele vai ter que abraçar, vai ter que convergir com o Estado, com a União na questão das ilhas, porque ela está nesses Três Poderes – do Executivo Municipal, do Estado e da União. E o Estado não pode ficar em uma posição cômoda, que uma é posição em que, assim que ele tem esse plano apresentado, a responsabilidade passa para o Município. E, aí, a gente sabe que o Município tem certos problemas aqui no continente. Tem essa iniciativa sobre a questão das supostas áreas de realocação das famílias – o Dr. Luciano entende mais sobre essas coisas de lei. Quando eu enxergo a zona de amortecimento, eu descarto todas essas áreas. Tirando as áreas da Av. Ipiranga, as outras eu descarto, porque tem essa questão da zona de amortecimento. E eu sei que tem famílias que estão em áreas que não têm argumento para defendê-las. Elas têm que ser realocadas, e entendo que para local próximo de onde elas moram.

Também tem que ver bem essa questão dos conceitos das construções, porque nós temos dois conceitos: o da construção ordenada e o da construção desordenada. A ordenada é a consolidada; a desordenada é aquela comunidade mais pobre que está lá, mas é a única que pode adequar com a característica local, e isso nós não podemos perder. Temos que ver de que forma o Município resolve isso. E, aí, temos que estar juntos com ele, cobrando. Se tivermos que brigar, brigamos, mas, em princípio, queremos sentar com o Município e discutir isso, sobre como será feito. E o Município tem que aproveitar, pois está convergindo com os grandes projetos, com os megaprojetos. Então,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

ele tem que convergir com as comunidades mais pobres para que alavanquem os seus projetos, que não são tão grandes assim.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito obrigado, Sr. Juramar.

O Sr. Luciano Brasil está com a palavra.

O SR. LUCIANO DE FARIA BRASIL: Eu escutei atentamente. Queria falar apenas um minuto sobre uma questão muito importante que o Irmão Laurindo falou e que foi referida, também, pelo Juramar. Há algum tempo, o Grupo Ipiranga possuía uma área pelo seu braço imobiliário. E, agora, apareceu, em uma das ilhas – não vamos especificar qual –, um adquirente, de nacionalidade estrangeira, que entrou com uma notificação extrajudicial contra o Estado do Rio Grande do Sul e contra a creche, para que sejam retirados determinados equipamentos comunitários que são usados pelas comunidades. Nós fizemos uma reunião, no Ministério Público, com a Defensoria Pública e com outros órgãos, e com a Procuradora do Estado. Não sei se a comunidade foi à Defensoria Pública, mas é importante – eu só queria deixar esse registro – que vocês façam contato com o Dr. Marcelo Dadalt, que é o Subdefensor Público-Geral. Depois, na saída, vocês falem comigo e nós fazemos o contato. Eu tenho o telefone dele aqui. Não deixem passar isso, não deixem perecer os direitos de vocês. O Ministério Público pode postular e defender alguns direitos; outros, não, porque são individuais. Não deixem passar isso. Eu só queria deixar esse registro para que vocês não se esqueçam que têm que defender esse direito, também.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito bem. Gostaria de dizer que, se tiver mais alguma pessoa representando algum órgão municipal, estadual ou federal, seria importante registrarmos a presença aqui.

O Sr. Vilmar Coelho, Presidente da Colônia de Pescadores Z-5, está com a palavra.

O SR. VILMAR COELHO: Primeiramente, eu queria dar um boa-noite a todos; aos meus amigos pescadores; e, cumprimentando o Presidente Waldir Canal, cumprimento todos os participantes da Mesa.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

A Colônia de Pescadores – e vou dizer que sou filho e neto de pescador, e muito me orgulho – está realmente preocupada com essa indefinição. Nós já viemos falar, e eu não aguento mais aquela história de “vamos fazer oficina, vamos fazer aquilo ali”. Não dá mais para aguentar, pois não temos solução. Agradeço o Promotor ali, gostei muito do seu esclarecimento. Quero dizer que a Colônia de Pescadores Z-5 já vem, desde 2007, fazendo eventos e tirando o lixo do rio. Em 2007, começamos com 40 barcos, fomos para 50, fomos para 60, já temos 150 barcos, e na última vez tiramos 27 toneladas. Só que a Colônia vem fazendo, mas a gente se preocupa com uma coisa: estão preocupados que o pescador está pescando seu peixe ali. Se nós tiramos 27 toneladas num dia, como querem achar problema em o pescador estar pescando? O peixe ali já é pouco, e esta é realidade, é a sobrevivência dele. A Colônia fica estarelecida, até porque eu sou daqueles pescadores teimosos, e pescador geralmente é teimoso, ele está lá no habitat natural dele e não quer largar. Na realidade já vimos tudo isso. O Irmão Laurindo disse: “Tenho cento e tantas reuniões com esse projeto”. Nós temos “n” situações que vão dizer, e a última foi que o ex-Secretário do Meio Ambiente foi lá, assinamos um documento, e eu não me lembro o nome da pessoa da Zoobotânica que, lá na Sema, na Ilha, disse assim: “Este documento que tu fez não vale nada, vai ser rasgado”. Então larguei, e não vou mais em reunião. Se o Secretário foi lá, errado ou não, ele fez o documento, um documento em que o pescador cedia algumas partes, que eu também acho, que na realidade temos da nossa fauna e flora, temos que trabalhar em cima disso, agora, não querer transmitir tudo isso para cima do pescador. O pescador está lá, ele não sai de lá, é fácil encontrar ele, uma barbada; se quiserem uma reunião na Colônia, nós fazemos, e os senhores viram lá, e o pescador não aguenta mais essa indefinição: será que vou dormir e quando acordar vou estar aqui? Vão tirar a minha casa daqui e colocar lá não sei onde! Nós temos que terminar com essa indefinição, essa indefinição não dá para aguentar mais. Nós queremos o seguinte: Tem solução? Vamos ficar aqui? Mas vamos remanejar para dentro das Ilhas. O Irmão Laurindo falou que nós podemos, que tem áreas lá que podem ser trabalhadas. Agora eu pergunto: por que o grande não pode ajudar, por compensação, fazer terraplenagem e adequar esses terrenos para levar essas pessoas? Pode, tenho certeza que pode e deve, porque eles também participaram. Não adianta dizer que vão tirar de lá; não, tem que fazer a compensação. Ele vai ter que fazer uma compensação e ajudar a reintegrar essas pessoas numa casa decente dentro da Ilha. Isso é o que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

queremos. Eu acho que essa coisa está caindo de madura. Depende da nossa Secretaria, a Colônia fez isso e continua fazendo. Na semana passada, fizemos com a Concepa, e tiramos cinco toneladas com 40 barcos. Agora pergunto: o que a Secretaria do Meio Ambiente e a Fepam fizeram até hoje para tirar esse mundo de lixo do rio? Querem tirar o pescador! É difícil para a gente conseguir trabalhar numa situação dessa. Eu espero e conto com os senhores para resolver isso. Isso não cabe mais. Nós temos uma grande indefinição. Vamos chamar todos para a Mesa, vamos chamar o pescador, o representante, todos, mas vamos discutir. Fizeram um plano de manejo, e não vou dizer o que penso dele, porque não existe, até agora ninguém sabe isso. Entregaram lá 1.500 páginas, leram? Não dá para aguentar isso.

Queria passar às mãos do Vereador um documento da Colônia e da comunidade. Ele retrata a ansiedade que tem a nossa comunidade com essa indefinição. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Peço à nossa assessoria para tirar cópia e disponibilizar aos representantes dos órgãos que estão à Mesa.

O Sr. Udo Silvio Mohr, da Agapan, está com a palavra.

O SR. UDO SILVIO MOHR: Boa noite. Meu cumprimento a todos os participantes e agradecimento por estar aqui. O meu envolvimento com as Ilhas e com o Delta do Jacuí data de 1972, quando criamos, na Prefeitura de Porto Alegre, o Grupo de Estudos do Ambiente Natural. De 1973 a 1979, eu coordenei o Plandel, que foi um Grupo de Planejamento do Parque Estadual do Delta do Jacuí; em 1979, a legislação complementar, o plano foi criado em 1976, e em 1979 o Governador assinou todos os decretos disciplinando o uso do parque. Na verdade, nesses anos todos, são 41 anos, são anos de decepção, uma atrás da outra, porque, na verdade, estamos tratando com um potencial imenso para Porto Alegre, para a Região Metropolitana, e mesmo para o Litoral brasileiro. O Espaço do Delta do Jacuí é realmente um espaço extraordinário, e o direito a este espaço é o direito de todo o cidadão, morador das Ilhas, da Cidade, da região Metropolitana, são os mais diretamente ligados a isso. Esse ambiente natural evidentemente tem que ser preservado. Mas vejo três vertentes fundamentais para se tratar no Delta do Jacuí: a primeira, é um espaço natural inestimável, poderia se falar

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

horas aqui sobre os aspectos deste ambiente, mas vejo outros dois aspectos, o segundo também tão importante, que é o povo que mora lá. Quando fizemos o Plano em 1972, 1973, e foi concluído em 1979, com os decretos – 1972 não, 1976 em diante –, nós trabalhamos com a comunidade. Eu, infelizmente, não vejo mais as pessoas com quem nós trabalhamos, porque a maior parte delas já faleceu. E nós tivemos um trabalho muito interessante, porque aprendemos com a comunidade e vimos a importância da comunidade que mora nessas ilhas. Na época, eram 5.002 habitantes – nós fizemos o censo –, hoje são mais de 20 mil, 30 mil, sei lá, mas por essa ordem, e, realmente, essa população é uma população que conhece o Delta, sabe o que se pode fazer com o Delta e é uma população que pode ser aproveitada, justamente, para potencializar o Delta. Nós ouvimos o Juramar, que é um representante legítimo dos moradores, ouvimos o Presidente da Colônia Z-5, que é talvez uma das instituições mais antigas do Delta, que tem ali o belo prédio da Colônia Z-5, em todos os sentidos que esse prédio representa. Nós vemos que, de fato, há possibilidade dessa população radicada lá, obviamente algumas terão que ser removidas para locais próximos, na própria ilha, nós temos locais para isso, porque estão em área de risco.

E o terceiro ponto é o potencial turístico que isso apresenta. Por volta de 2001, três governos atrás, se não me engano, foram investidos mais de R\$ 3 milhões de reais na recuperação do patrimônio histórico da Ilha Casa da Pólvora, que é justamente o Paiol e a Casa do Oficial, que foram construídos a partir de 1850. É um patrimônio inestimável, foi belissimamente restaurado – foi construído um trapiche para dar acesso –, e, lastimavelmente, os dois últimos governos o abandonaram totalmente; o trapiche ruiu, não há mais condições de acesso, simplesmente por descaso. Esses R\$ 3 milhões estão indo por água abaixo, e é um ponto turístico excepcional. E ele foi muito mal utilizado, porque colocaram lá bichos empalhados. O próprio zelador da área me dizia: “Para que alguém virá aqui para as ilhas para ver bicho empalhado?” Tem outros potenciais para se aproveitar, justamente, esse local. É um local que pode ser recuperado com facilidade, e nós podemos, nas ilhas, ter um turismo extraordinário. No nosso Plano nós estabelecemos 23 áreas nas ilhas que seriam áreas de lazer, é o plano de lazer e turismo do Parque Delta do Jacuí. Esses locais, cada qual com a característica do espaço: são locais para acampamento, com barracas; locais para cavalgada, tem grandes estradas ali dentro; locais até para jogos, existem grandes áreas, grandes campos ali; enfim, os mais

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

diversos locais com as atividades mais diversas que dariam uma animação. Eu tive a oportunidade de acompanhar, justamente pela minha função de Coordenador, inúmeros estrangeiros que vieram aqui, especialistas em geral na questão ambiental, que me acompanharam e ficaram extraordinariamente impressionados com o que é essa natureza e com o potencial que essa natureza tem. Infelizmente, pouco se fez. Os R\$ 3 milhões estão se perdendo, se não se fizer nada. Minha esperança, quando converso com o Secretário do Meio Ambiente, quando ouço o Dr. Luciano falar, é que esse Plano de Manejo realmente seja implementado.

Eu creio que, no caso da questão da habitação, nós temos uma oportunidade ímpar de fazer um plano, não é uma habitação, não é um urbanismo como um urbanismo de uma cidade tradicional, as condições ambientais são totalmente diferentes. Nós podemos trabalhar um belíssimo planejamento urbanístico e um projeto urbanístico e arquitetônico sustentável e adequado às condições do Delta e que satisfaça plenamente as condições dos moradores. Hoje em dia, nós temos exemplos disso em outros países e no Brasil também, inclusive, de áreas aproveitadas com sustentabilidade, dando as melhores condições de qualidade de vida para a população. Eu acho que nós temos que fazer alguma coisa, não podemos ficar parados. A minha esperança é que, de fato, agora, com colaboração do Governo do Estado, do Governo da Prefeitura, da população, essa minha frustração desapareça e vejamos o Delta florescer em todos os seus sentidos: no sentido da preservação ambiental, no sentido da qualidade de vida da população e no sentido do seu aproveitamento turístico. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Quero registrar e saudar a presença do Sr. Savinho, Vice-Prefeito de Eldorado do Sul, que se encontra conosco; também o Ver. Tigre, de Eldorado do Sul; e o Sr. Marcelo Allet, arquiteto da SMURB, SDU GT Orla. Muito obrigado pela presença.

O Sr. Salomão de Souza Oliveira, pescador, está com a palavra.

O SR. SALOMÃO DE SOUZA OLIVEIRA: Quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa, nossas autoridades e quero cumprimentar a minha gente, os meus pescadores, os ilhéus, aqueles que estão já cansados de esperar por alguma coisa que venha a nos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

trazer um conforto. Eu quero relatar que o tema que me ficou previsto para falar é sobre a comunidade tradicional.

Eu gostaria que todos prestassem bem a atenção quando alguém fala com experiência, porque traçar um plano, fazer um projeto dentro de uma repartição é uma coisa, mas para alguém que está lá na margem presenciando todos os prós e todos contras da população é diferente. O nosso Secretário falou que é tudo muito simples, são poucos os pescadores que hoje pescam. Eu quero lhe responder o seguinte: em 1919, o Governador Antônio Augusto Borges de Medeiros, fez uma reunião na Praça Salomão Pires Abraão com todos os pescadores e ele, de viva voz, disse que a Ilha da Pintada seria o lugar de habitação dos pescadores. Prestem bem atenção! Seria até bom que gravassem, porque eu sei que a grande maioria aqui não sabe isso. Gente, de 1919 até 1960, o povo que alimentava Porto Alegre com leite, carne, hortigranjeiro... Estão aqui os remanescentes, é o tema que eu estou falando, eu aprendi a não sair do tema. Então, agora estamos sob pressão do Plano de Manejo do Delta do Jacuí. Não são pescadores que hoje estão ali pescando, eles estão desde 1919, e depois foi inaugurada a Colônia Z-5 em 1921. Eu tenho todas essas datas, porque eu acompanhei pela história – não é do meu tempo, eu sou de 1940 – a maneira que esse homem presidiu Porto Alegre. Ele era do lado do povo, ele atendia o povo, ele via o que o povo precisava. E onde está o nosso Prefeito, onde está aqui o nosso Governador? Estão aqui pessoas que vieram espontaneamente, de livre vontade, tentando resolver alguma coisa. Mas onde é que estão os poderes desse povo que fez a história de Porto Alegre? Esse povo aqui é o remanescente... Hoje, você pode presenciar a tristeza dos pescadores, porque, agora, o que eles vão fazer das suas redes, o que eles vão fazer dos seus barcos? Porque foi feita uma reunião na Colônia Z-5 e um painel daquele tamanho dizia “não pode pescar”, “não pode isso”, “não pode aquilo”. Só tinha “não pode”. E essas mulheres, essas chefes de família, esses homens trabalhadores ficaram até agora esperando que alguém resolva, numa reunião, alguma coisa que traga conforto para eles, porque até agora nós ouvimos só desconforto. Eu digo, diante das autoridades, e ninguém vai calar a minha boca, porque enquanto eu puder gritar eu vou ser a favor desse povo sofrido. Quando no Rio dos Sinos mais de 80 toneladas de peixes boiaram lá, alguém fez alguma coisa em favor do pescador? Eu pergunto para Mesa se alguém tem alguma coisa para trazer, uma notícia para essa gente. Alguém levantou um dedo a favor do pescador? Não. Um silêncio... Mas por que silêncio? É o povo sofrido, é o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

povo que fez a história de Porto Alegre! Eu lamento agora, Porto Alegre estar de costa para esse povo que fez a sua história.

Eu estou olhando para todos vocês e estou falando a verdade, porque eu sou de 1940, estou com 73 anos e sofro junto com vocês. Eu lamento não poder acompanhar mais adiante a história, porque ainda tem coisa muito bonita que vocês podiam saber.

Muito obrigado, e me desculpem, porque eu estou emocionado, porque eu estou com o coração nesse discurso e nessa população, que são pessoas que têm a sua dignidade, o seu trabalho e o seu segmento de vida. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito obrigado, Sr. Salomão.

Quero registrar também a presença do Sr. Antonio Bertaco, Diretor da Divisão de Fomento Agropecuário da Secretaria da Indústria e Comércio. Também a Sra. Irani Medeiros, do Gabinete do Vice-Governador, seja bem-vinda.

A Sra. Beatriz Gonçalves Pereira, da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, AfroSol, Região das Ilhas, está com a palavra.

A SRA. BEATRIZ GONÇALVES PEREIRA: Boa noite à Mesa; boa noite a todos e a todas; boa noite a todos os ihéus e às pessoas envolvidas no Plano de Manejo. Bom, para mim ficou a incumbência de falar sobre o Plano do Manejo num todo. Eu sinto aqui a falta e a presença de alguém dos Direitos Humanos, pois eu diria para eles que eles fizessem uma intervenção na questão da preservação dos seres humanos, em especial os humanos ilhéus, que agonizam com a situação do Plano de Manejo Delta do Jacuí. Solicito ao Poder Público Municipal que atue juntamente ao Governo do Estado para regularizar a situação das áreas ofertadas, áreas estaduais; que possamos devolver com plenitude a questão social que é emergente na 17ª Região das Ilhas, que ainda encontra-se no *ranking* da segunda maior em vulnerabilidade social, gente! E cito algumas situações lá: a construção do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social; a construção da Creche da Ilha do Pavão; a retirada das carroças; a questão familiar; a construção da nova ponte que, surpreendentemente, atinge grande parte da população da Ilha Grande dos Marinheiros; e tem mais, a redução das áreas de pesca. São ações que envolvem a APA e o Parque. Nossa gente tem recebido atenção com paliativos; em outros momentos, nem com paliativos. É impossível viver assim. A nossa população

pág. 20

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

necessita ser olhada com respeito e o devido valor que tem, cada adulto, cada criança, cada adolescente, cada idoso e cada trabalhador da nossa região.

Faz-se necessária a integração dos três Poderes: Estadual, Municipal e Federal, envolvendo Secretarias tais como: a Secretaria de Habitação do Estado; o DEMHAB, que é da habitação; Comathab, e outras pertinentes à nossa questão.

Tendo em vista a complexidade da problemática que atinge nossa gente, entendemos que, quando se fala de plano de manejo Delta do Jacuí, esse processo tem envolvimento com outras regiões e somos solidários com elas. Porém, o grande nó está presente no dia a dia dos ilhéus que, vergonhosamente, sofrem o descaso dos governantes. Pois a visão primeira à situação estabelecida é se ela vai render votos.

Temos conhecimento sobre as leis, os critérios e a burocracia, mas eles não podem ser um impeditivo para o avanço nas decisões, tornando-se morosidade.

Para finalizar, quero dizer que, infelizmente, a tomada de decisão em nossa região é política, e nós não podemos deixar de agradecer, carinhosamente ao Ministério Público, que tem sido a nossa mão amiga. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Convido o Sr. Domingos Sávio Salvador, nosso Vice-Prefeito de Eldorado do Sul, para compor a Mesa.

O Sr. Fábio Leal, Vereador de Eldorado do Sul, está com a palavra. Seja bem-vindo.

O SR. FÁBIO LEAL: Início saudando a Câmara Municipal de Porto Alegre, na pessoa do Ver. Waldir Canal, Presidente desta Audiência, pela iniciativa. Nós, lá na Câmara de Eldorado do Sul, formamos uma Comissão Especial para acompanhar os trabalhos do Plano de Manejo, e vamos também, agora, fazer uma audiência nos mesmos moldes, lá na Câmara de Eldorado do Sul. Eldorado do Sul está com uma comitiva aqui hoje que inclui, além deste Vereador, o Ver. Paulo Banana, o Ver. Tigre; o Paulo, Secretário de Habitação; e o Savinho, nosso Vice-Prefeito, que compõe a Mesa.

Eu acho que, Salomão, as pessoas estão começando a entender que a pesca, em nossa região, não é apenas uma atividade econômica, é uma atividade cultural. Ninguém tem autoridade para perguntar: “Salomão, por que tu não fazes outra coisa?” Ninguém tem o direito de fazer isso. A atividade de pesca, ali nas ilhas, passa de pai para filho há mais de cem anos.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

Outro comentário que foi feito aqui, Professor Luciano, é que o crescimento da Cidade, o desenvolvimento da Cidade, foi feito sempre de costas para as ilhas. Eu quero complementar, Juramar, dizendo que o Plano está sendo feito de costas para o Continente. No Plano de Manejo, não acontece nada que vá atingir essa orla de Porto Alegre, do Lago Guaíba. Nós, lá em Eldorado do Sul, não vamos sequer conseguir colocar o pé dentro da água, porque não pode acontecer nada na orla de Guaíba, na margem de Eldorado do Sul. Hoje mesmo estão anunciando início das obras a partir de amanhã. (Mostra fotografia.) E na orla do mesmo Guaíba, na margem de Eldorado do Sul, é proibida a ocupação. Eu tive uma discussão com o gestor do Parque, que está aí presente, que é muito mais fácil comprar briga com a população das ilhas, de Eldorado, que é uma população menor, do que comprar briga com essa população toda que está aí na foto. Do meu ponto de vista, foi uma estratégia de condução do Plano de Manejo. O gestor disse que as águas não voltam, então não tem como vir poluição de volta para cá, mas o pescador sabe que essa margem do Guaíba, em Eldorado do Sul, é local de sedimentação e, quando dá um vento sul, todo esse esgoto que Porto Alegre larga vai parar lá na margem de Eldorado do Sul.

Eu tenho algumas certezas já com relação a todo esse trabalho dos planos de manejo – eu tenho muitas dúvidas e algumas certezas. Tenho certeza de que o pessoal que elaborou esse Plano não ouviu as comunidades, e nós temos agora o dever de acompanhar esses trabalhos, porque parece que estamos agora na segunda metade, segundo disse o Perelló. Nós temos que acompanhar isso para que agora não ocorram atropelos, o que é bem comum de acontecer nesse tipo de coisa. Só para vocês terem uma ideia, nós temos, em Eldorado do Sul, dois bairros inteiros dentro da área de APA. São mais de seis mil pessoas morando no bairro Cidade Verde e no bairro Vila da Paz, e não foi feita sequer uma reunião para ouvir essa gente! Não foi convocada nenhuma autoridade, nenhuma liderança sequer desses bairros para as reuniões. Claro, nós estamos aqui presentes, nós estamos aqui representando o povo de Eldorado, mas eu acho que nós temos que fazer mais do que isso, nós temos que ir lá.

Uma coisa que eu digo e já disse lá na Assembleia: esse plano não vai dar certo se não for um plano dos moradores. Ninguém vai ter fiscalização o suficiente para controlar tudo que está sendo previsto acontecer nas ilhas e nas águas, ninguém tem fiscalização, os fiscais vão ter que ser os moradores das ilhas e os moradores do Delta. Isso só vai

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

acontecer quando a preservação garantir o sustento dessas pessoas, aí eles vão tomar o plano como seu e vão fazer o plano ser cumprido.

Eu deixo uma questão para concluir. O Perelló disse que estamos, agora, entrando em uma segunda metade da elaboração do Plano Diretor, das discussões, e há possibilidade de, agora, as intervenções das comunidades estarem bem presentes. Eu quero saber: qual é a proposta de condução dessa segunda metade? Existe algum encaminhamento? Como disse o Vilmar, da Colônia: existe um cronograma das reuniões? Vamos fazer outras reuniões? Ou vamos ficar dependendo de ações como a da Câmara, de audiências públicas convocadas para essa finalidade? Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Sr. Domingos Sávio, Vice-Prefeito de Eldorado do Sul, está com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO: Boa noite à Mesa, quero parabenizar o Ver. Waldir Canal por esta iniciativa, já estivemos em outras audiências públicas. Quero saudar, de modo especial, o Dr. Luciano, porque é bom ter alguém da Promotoria para podermos ouvir alguma fala a favor daquela comunidade mais carente. Porque vocês sabem que o outro lado da comunidade não precisa ter a Justiça ao seu lado. Nós precisamos, vocês precisam. Quero saudar toda a Mesa. Depois eu vou mencionar este documento e fazer uma pequena leitura, pelo tempo. Nobre Deputado Carlos Gomes, o senhor não estava na Comissão Especial do Delta do Jacuí, está aqui a relação dos Deputados. Pode ser reaberta uma nova Comissão, porque me parece que ela tem um prazo de três anos; então, quem sabe a reabertura.

Mas eu quero, Fábio Leal, chamar a atenção sobre a página 36 deste Relatório. Foram cinco audiências públicas, e aqui nesta foto há muitos que estão aqui presentes. Está aqui o Irmão Laurindo, em duas fotos, está aqui o senhor nessa luta. Foram três visitas nas Ilhas, estive presente, e o Ver. Fábio, que falou antes de mim, também esteve lá nas visitas. Então, senhores, este documento, que vou pedir que venha fazer parte desta Audiência Pública, precisa ser revisto, porque o que diz aqui na página 36, no item 3, não estou vendo acontecer. Se estiver acontecendo, peço à comunidade dos moradores, por favor, que alguém levante a mão e diga: "Savinho, está acontecendo". Mas eu não estou vendo. O item 3 diz o seguinte: "Participação da população nas definições do plano de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

manejo nas áreas para realocação das famílias”. Alguém de vocês foi convidado para participar de alguma reunião para elaborar o plano de manejo? (Pausa.) Ninguém foi? Isso é um documento de fé pública, um documento da Assembleia Legislativa! A Assembleia Legislativa definiu, naquelas audiências públicas, naquelas visitas, que os senhores fariam parte. A Lei nº 12.371, de 2005, define 28.000 hectares de área de preservação; dessa área, 14.000 hectares são de área sustentável. Ou seja, área sustentável, o ser humano tem que estar ali junto com o meio ambiente! O que adianta, senhores, querer preservar, salvar o meio ambiente sem salvar as pessoas, sem que as pessoas estejam junto com o meio ambiente? É impossível, eu não consigo ver um meio ambiente preservado sem aquelas comunidades ribeirinhas, porque são em torno de 19.000 pessoas que moram nas ilhas! É isso?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO: Um pouco mais?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO: Que não foi aprovado até hoje. Só que o plano do...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO: Exatamente. E o plano do parque correu paralelo. Existem dois planos: o da APA e o da APP. Nós participamos do da APA, mas, no da APP, não houve o convite à população. Eu diria que é um plano feito quase que dentro de um gabinete. Então, senhores, eu vejo aqui pessoas que também são de Eldorado do Sul. Estão aqui por quê? O Ver. Fábio lembrava que nós temos a comunidade dali do Delta do Jacuí, em torno do posto Esso. Alguns de vocês já participaram também de audiências públicas. São 238 famílias que ficam ao lado da BR-290, no entorno do Esso, onde estão na área de domínio. A nossa luta... Deputado Carlos Gomes, o senhor já esteve lá em uma audiência pública. Nós teremos uma reunião no dia 17. Estamos tentando o quê? Na PRDC – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, junto do Dr. Júlio Castro, é

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

justamente o que nós estamos tentando ali: fazer com que essas famílias permaneçam ali, Irmão Laurindo, e que sejam recuadas da área de domínio, só que nós vamos estar em uma parte do parque. Concluindo, digo o seguinte: será que, dos 28 mil hectares, não podem ser destinados 6 hectares para que essas 238 famílias sejam realocadas? Eu encerro agradecendo e quero então entregar aqui este documento às mãos do Presidente desta Audiência Pública, o nobre Ver. Waldir Canal, e solicitar que ele faça parte desta Audiência Pública. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Assim será feito. Representando a Capitania dos Portos, Tenente Costa. São dois tenentes, Tenente Costa e Tenente Aristones. Sejam bem-vindos. Também Denise Bonat Pegoraro, da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento de Porto Alegre. Também quero registrar a presença do Sr. Laércio, do Sindiareia, que se encontra conosco. O próximo orador é o Sr. João Francisco Moraes Cardoso, também Vereador de Eldorado do Sul. Com a palavra, Vereador.

O SR. JOÃO FRANCISCO MORAES CARDOSO: Queria agradecer o convite da Câmara Municipal de Porto Alegre por convidar o Executivo dativo de Eldorado do Sul, parabenizar por mais uma Audiência Pública. Em nome do Ver. Waldir Canal, gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, cumprimentar também os representantes da comunidade, de autoridades, de associações e entidades. Nosso Vice-Prefeito de Eldorado do Sul, meu colega Ver. Fábio Leal, nós, de Eldorado do Sul, como também os senhores pescadores das ilhas, como já se dizia, (Ininteligível.). A nossa comunidade não foi consultada para fazer o debate, e nós gostaríamos. Nós temos a Picada, nós temos a Cidade Verde, nós temos também a Vila da Paz, e nós temos também o meio rural. E são questões que abrangem não só a questão econômica de Eldorado do Sul, mas que abrangem a questão social, a vida de pessoas que lá moram há décadas. Eu, para mim, vejo três questões que mais são problema e que não são vistas: produtores rurais, pessoas que moram em vila e pescadores como problema. Estudemos um pouco o que são os recursos hídricos, o que está na Lei Federal. Em três questões que nós trabalhássemos no Governo do Estado, no Governo Municipal e no Governo Federal, nós resolveríamos o que são problemas hoje: em primeiro lugar, resíduo das indústrias jogado no rio de qualquer forma; em segundo lugar, o esgoto cloacal de praticamente todos os

pág. 25

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

Municípios, e, em terceiro, resíduos de agrotóxicos, que é o que afeta os peixes nos rios, a fauna e a flora. Se nós discutirmos com as comunidades a consciência ambiental e ecológica, nós avançaríamos muito mais do que impondo algumas questões que estão no Plano agora, que não são de conhecimento das famílias das pessoas que moram lá. Então, eu acho que tem que ter essa interrupção que ainda não teve. Nós esperamos, com o nosso Ver. Fábio Leal e o Banana, que estão representando aqui o nosso Vice-Prefeito, que façam essa interrupção, essa discussão também no meio rural de Eldorado do Sul, que tem uma extensa produção de arroz orgânico, uma extensa produção de hortigranjeiros orgânicos também, mas também tem produção convencional com agrotóxicos, e, sobre isso, é preciso fazer um debate, porque, queiram ou não queiram, a qualidade do meio ambiente e da própria água é afetada, mas são questões econômicas que se precisa levantar e discutir para que se tenha consciência disso e que nós consigamos fazer um pacto que seja respeitado e que não infrinja na corda, que sempre arrebenta no lado mais fraco e sempre vai arrebentar do lado dos que não têm poder aquisitivo. Então, esse é um pouco do meu debate, da minha discussão e da minha grande preocupação. Também é a preocupação da Câmara de Vereadores e do Executivo quanto a isso. É isto que eu trago aqui: que a gente faça um debate aberto. Gostaria de agradecer o posicionamento do Ministério Público, porque, muitas vezes, pensamos “vem tudo contra nós, que somos os mais fracos”, e hoje os representantes do Legislativo e do Executivo vêm ao Ministério Público com essa posição de que tem que ouvir, que a parte da comunidade, tanto pesqueira, como rural e das vilas têm que fazer parte desse debate, têm que ser respeitadas. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Sr. Ricardo Pereira, corretor de imóveis, está com a palavra.

O SR. RICARDO PEREIRA: Boa noite a todos, quero parabenizar e fazer minhas as palavras dos que me antecederam; cumprimento a Câmara de Vereadores e a Mesa, na pessoa do Ver. Canal; não poderia deixar de mencionar também a presença do Dr. Luciano, do Ministério Público; a vontade que tenho é de citar um por um, mas aí acabariam os 5 minutos; eu gostaria de lembrar que, de propósito, fiquei por último, e ninguém sequer mencionou algo muito importante. Antes de fazer menção ao que eu

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

tenho a dizer, a questão do tempo parece que nós somos considerados pessoas que duram 100 ou 200 anos, porque há pessoas que começaram este Projeto e hoje não estão mais presentes, e não são uma, nem duas, são muitas, que já morreram. Quem herdará isso? Seus netos, bisnetos, tataranetos? O esforço de toda essa comunidade? Esse Decreto é de 14 de janeiro de 1976, do Governo do então Sinval Sebastião Duarte Guazzelli, que criou o Parque Estadual Delta do Jacuí, mas o parque não foi enquadrado nas categorias de unidade de conservação, previsto no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Portanto, não existia legislação, e era necessário criá-la, e assim o Decreto Estadual nº 43.367, de 28 de setembro de 2004, veio corrigir a situação com 28 anos de atraso. O Decreto é de 1976, minha gente! Vinte e oito anos depois vai sair algo! E um detalhe muito importante, que é o que me traz a esta tribuna: existe a APA – Área de Proteção Ambiental –, e também existe a APP – Área de Preservação Permanente –, intocável! Possivelmente alguns dos senhores, talvez muitos, tenham áreas que estão dentro da APA, ou áreas que estão dentro da APP, o que é intocável! E aí eu pergunto: quem paga a conta? Existe um fundo indenizatório para compensar você que tem um pedaço de terra dentro da APP? Alguém já falou nisso? Porque o Estado diz: “Essa área é minha, é de uso comum, vai beneficiar a todos”. Muito bem, então paguem! Eu não estou aqui representando nenhum grande grupo imobiliário, eu sou um simples corretor de imóveis autônomo, mas estou a par da Lei e a acompanho. E sei que há pessoas pequenas nessa brincadeira em um número muito grande; há pessoas de porte médio e grande, pega todo mundo! Então, eu pergunto aos integrantes da Mesa e a quem está, há mais tempo, debruçado nesse Projeto: alguém ouviu falar de algum tipo de fundo indenizatório? Porque, mesmo que isso avance e as regras sejam definidas, vai chegar o momento que vão dizer: “É, existe a Lei, mas não temos verba”, nem para indenizar, nem para realocar... E aí? Quantos anos mais?

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Sr. Roberto Jakubaszko, da Região de Planejamento I do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, está com a palavra.

O SR. ROBERTO JAKUBASZKO: Boa noite a todos, eu quero inicialmente dar boa-noite aos ilhéus, à Mesa e aos demais presentes; e gostaria de iniciar minha fala me referindo ao jovem Vereador da Grande Porto Alegre, que falou anteriormente, dizendo que a comunidade normalmente é frágil. Ela não é frágil, ela é muito forte, tão forte quanto aquela pequena relva que se curva quando um ventinho bate, mas ela volta depois para o lugar; os fortes, arrogantes e prepotentes quebram quando esse vento é forte e ficam lá, um tronco caído no chão.

Eu quero iniciar falando sobre o plano de manejo do Delta do Jacuí da seguinte maneira: eu sou Conselheiro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, e uma parte, uma nesga das ilhas, faz parte do arquipélago de Porto Alegre. E, ao longo dos anos... Eu vejo um ilhéu ali que vai dizer: “Jakubaszko, vocês nos devem, o Governo do Estado, Porto Alegre, um barco, de uma consulta popular, que até hoje não foi entregue.” Existe o Comude, que é o Conselho Municipal de Desenvolvimento, que tem a obrigação de fazer isso; tem o Corede, que é Conselho Regional de Desenvolvimento. As ilhas têm um trabalho maravilhoso na área de artesanato, talvez um dos artesanatos mais lindo que existe em nível de escama de peixe, que são produzidos aqui nas ilhas do arquipélago Delta do Jacuí. E, de alguma forma, nós falhamos com a comunidade do Delta, não ajudando a vender mais do que eles vendem. É belíssimo, Secretário, o trabalhos deles, exportam em pequena quantidade, mas poderia ser muito mais. Então, quando a gente fala em Plano de Manejo, é difícil para alguém compreender o que é manejar tudo isso. Nós temos o rio Guaíba ali, eu falo de rio ainda porque a gente lembra o Mário Quintana, e, se ele não disse isso, deveria ter dito; ele dizia que a gente não precisa caçar borboleta, não precisa sair com um saquinho, tem é que fazer um jardim bonito, as borboletas vêm, e a gente as está enxergando. Então, se a gente cuidar bem do Delta do Jacuí, a gente vai fazer um belo Delta do Jacuí, com Eldorado, com Porto Alegre, com todos os Municípios que compõem o Delta do Jacuí. Alguém sabe por que se chama Ilha da Pintada? Muita gente diz que é Ilha da Pintada porque teria uma prostituta lá que visitava os barcos, enfim, tem muita história aí que o próprio conjunto, o coletivo do Delta do Jacuí pode trazer. A riqueza é tanta e, em algum momento, nós perdemos isso. O corretor falou agora há pouco, também, sobre o problema. Eu chamo de rio porque eu tenho aquela referência dos 500 metros do rio, hoje já virou lago, a gente fica meio atrapalhado. Mas, como um cidadão, como um munícipe de Porto Alegre, eu

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

gostaria que a gente desse um pouquinho mais de atenção para o nosso Delta do Jacuí, trabalhando essencialmente sobre a cultura do Delta. Como a pauta é área, de alguma forma, ambiental, Secretário, também existem nativas lá que não têm aqui em Porto Alegre e que a gente podia trabalhar. Numa das últimas enchentes – cada vez que chove forte alaga lá –, esses barquinhos a motor, os *jet ski*, andavam salvando as pessoas.

Alguém aqui falou em lixo. Realmente, acumula muito lixo ali, e nós deveríamos ajudar esse bairro de Porto Alegre que, na verdade, são as ilhas. Porque, quando eles olham para Porto Alegre, eles estão dentro de Porto Alegre; as ilhas fazem parte de Porto Alegre. E as três Câmaras de Vereadores que compõem o Delta – que sejam três, quatro ou duas, não importa – têm obrigação de fazer esse trabalho e fazer esse resgate, bem como a Casa Legislativa estadual tem que fazer cumprir essas leis, porque promessa é como dizer “eu te amo”, a gente ama e, depois, esquece. Uma boa-noite a todos, e vamos cuidar das ilhas. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Como encaminhamentos para esta Audiência Pública, tomamos a reivindicação da Colônia de Pescadores. Eu gostaria de socializar com os demais o que eles reivindicam: 1 – Que seja respeitado o histórico da comunidade tradicional estabelecida na área do arquipélago no sentido de garantir a permanência da totalidade dos moradores no local, bem como a permanência do comércio local, de escolas, postos de saúde, enfim, toda a infraestrutura da região, a qual já estava consolidada muitas décadas antes do advento das legislações que criaram o PAC e a Área de Preservação Ambiental do Delta do Jacuí. 2 – Assegurar a continuidade da tradicional atividade pesqueira na região do arquipélago com a ampliação da área destinada à pesca, cuja atividade vem sendo desenvolvida no local há mais de cem anos. Só na última Feira do Peixe, por exemplo, a comunidade contribuiu com 270 toneladas de pescado aproximadamente. Justifica-se tal proposição visto que as áreas onde os pescadores realizam atualmente a pesca são as apropriadas para a sua realidade no desenvolvimento da sua atividade econômica e o sustento das suas famílias, visto que as embarcações e demais equipamentos não são próprios para a atividade pesqueira em grande extensão de água, como a lagoa dos Patos, por exemplo, o que aumentaria em muito a probabilidade de naufrágios. 3 – Efetivação de políticas públicas e elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e social da região do arquipélago, inclusive

pág. 29

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

implementando um programa de turismo ambiental. 4 – Inclusão do arquipélago no Plano Diretor de Porto Alegre. 5 – Mais diálogo com a comunidade, com definição clara e em linguagem de fácil compreensão dos termos do Plano de Manejo, especialmente quanto às áreas residenciais e às destinadas à atividade pesqueira. Além disso, solicitamos cópia impressa dos relatórios do Plano de Manejo. Ressalte-se que os planos que compõem a presente pauta de reivindicações necessitam de definição urgente a fim de dirimir as dúvidas e angústias dos moradores do arquipélago, mas especialmente respeitar uma comunidade que muito contribuiu e ainda contribui para a história com a preservação do meio ambiente local e com o desenvolvimento econômico e cultural do município de Porto Alegre. Diante do supra exposto, a requerente pugna que seja apreciada e acolhida, em sua totalidade, a pauta de reivindicação ora apresentada. Porto Alegre, 17 de junho.” As reivindicações estão anexadas aos encaminhamentos desta Audiência Pública.

Eu vou passar a palavra ao Ver. Ferronato e, logo em seguida, colocarei à disposição dos membros da Mesa – o Ministério Público, que foi bastante citado, a Sema. Vamos iniciar com o Deputado, após a fala do Ver. Aírto Ferronato.

O SR. AIRTO FERRONATO: Boa noite a todos e a todas. Quero fazer a minha saudação ao nosso Presidente da Mesa, colega, companheiro, amigo Ver. Waldir Canal, às autoridades que estão conosco, e dizer que falo aqui... e que fiquei até o momento ouvindo as manifestações pelo que elas expressam para nós enquanto porto-alegrenses. Quero dizer que esperei até agora para falar até porque estou velho na Casa, aqui na Câmara estou desde 1989, e lá se vão bem mais do que 20 anos! Saí e voltei. E lá em 89 e bem antes, eu ouvi aqui movimentos em 76, já se falava nas questões e nas demandas dos moradores das ilhas enquanto Porto Alegre. Ouvindo as manifestações, nós concordamos na íntegra, enquanto Vereador, enquanto Líder do Governo falando pela Câmara, com que, na verdade, três aspectos são fundamentais: primeiro, a questão ambiental; segundo, a questão da preservação e da potencialidade econômica; e, terceiro, essencial também é a questão da nossa cidadã e do nosso cidadão ilhéu. Por isso fechamos, na íntegra, com as manifestações que aqui foram trazidas.

Eu falaria um pouco mais da potencialidade turística do nosso arquipélago, mas muito essencialmente a do nosso Delta. Tenho dito que Porto Alegre precisa discutir intensamente a questão do turismo aqui e no Rio Grande do Sul. Nós temos uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

referência belíssima que é nossa, mas que é das senhoras e dos senhores: as nossas ilhas. É uma questão interessante.

Eu não sei se ainda está conosco o Antonio Bertaco, que hoje está na Secretaria de Indústria e Comércio do Município, mas lá em 1989, 1990, naqueles momentos, era um dos dirigentes do Sindicato Rural de Porto Alegre. Porto Alegre se destacava – e ainda se destaca – na produção agrícola como uma das cidades que mais produz, entre outras Capitais brasileiras, o pêssego de mesa. Em 1989, eu apresentei um Projeto de Lei que foi aprovado. Há bem pouco tempo, o Antonio Bertaco me ligou e perguntou se eu lembrava. O que se fez? Prioridade para distinguir pontos de venda, em Porto Alegre, dos produtos rurais. E hoje é uma referência. As nossas feiras que acontecem têm por iniciativa aquele Projeto. Eu acredito que a mesma coisa se pode falar aqui a partir do momento em que ouvia o amigo Jakubaszko. O que é que acontece? Nós precisamos destacar, reverenciar, buscar espaços para que aqueles produtos que saem da ilha – vamos registrar o peixe, mas tem outros – sejam trazidos para pontos de venda de altíssimo nível de viabilidade comercial. Com isso, teríamos a Feira do Peixe que temos, teríamos a venda que temos no Mercado, mas teríamos espaço para todo o período e todos os dias do ano.

Por isso, meu caro Ver. Waldir Canal, essa é uma sugestão que eu deixo aqui: que àquele produto, ecologicamente extraído nas ilhas, seja dado aqui em Porto Alegre, na nossa Capital, um espaço todo especial. Um abraço. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Obrigado, Ver. Ferronato.

O Sr. Carlos Gomes, deputado, está com a palavra.

O SR. CARLOS GOMES: Eu quero fazer uma saudação ao Ver. Waldir Canal, que preside esta Audiência Pública, parabenizá-lo por esta iniciativa de reproduzir e abrir mais um espaço para que as comunidades das ilhas pudessem fazer a sua manifestação. Quero também fazer uma saudação ao representante do Prefeito Municipal de Porto Alegre, Cláudio Dilda, Secretário Municipal do Meio Ambiente; Sr. Luís Fernando Perelló, Secretário Adjunto do Meio Ambiente do Estado, aqui presente; o Sr. Promotor Luciano de Faria Brasil, representante do Ministério Público Estadual, e o Major Rodrigo Gonçalves dos Santos, representante do Comando Ambiental da Brigada Militar, e todos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

aqui presentes. Primeiro, quero agradecer o convite que me foi feito para estar aqui nesta Audiência Pública, visto que nós tivemos também esta audiência lá na Assembleia. A vontade foi de abrir esse canal de diálogo com a sociedade e os órgãos, as instituições do Estado, o Ministério Público, para que se trouxesse a comunidade para dentro deste debate. Quando foi apresentado o Plano de Manejo lá no Ministério Público, parecia que ele estava bem formatado, engessado e que não cabia ou caberia mais discussão. Ali nós pudemos perceber a presença dos moradores das ilhas do lado de fora, querendo participar, mas ali não foi dado tanto espaço para que eles pudessem colocar as suas preocupações. E dali surgiu a ideia, até reforçada pelo Presidente da Federação dos Pescadores do Estado e da Colônia Z-5, Vilmar Coelho, que nós levássemos essa discussão para a Assembleia, o que fizemos. O que eu percebo hoje, já no terceiro encontro de que participo, tratando desse assunto, Fernando, é que se vem amadurecendo este debate, a população vem trazendo as suas preocupações. Talvez não haja tantas pessoas aqui quanto havia na Assembleia, até porque algumas dúvidas foram dirimidas, mas muitas preocupações ainda permanecem porque está mexendo com a vida delas, com a cultura; é uma questão cultural, são anos que os pescadores habitam e tiram dali o seu sustento, passando essa cultura de pai para filho e para neto, como disse bem o Seu Vilmar – ele se enquadra muito bem nessas comunidades tradicionais. Nós queremos parabenizar o Ver. Canal por essa iniciativa de reproduzir essa oportunidade aqui na Câmara. Lá na Assembleia, os que estavam presentes lembram muito bem, um biólogo – não lembro o nome dele – ficou de nos enviar uma cópia desse Plano de Manejo para dar conhecimento aos moradores das ilhas, para que eles pudessem participar, contribuir, sugerir. Infelizmente, quero informar a vocês que, até hoje, não chegou essa cópia que ficaram de nos enviar para, depois, repassarmos a vocês. Quero fazer um apelo, não sei se o Luís Fernando Perelló já teve acesso a essa cópia...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS GOMES: Sim? (Pausa.) Porque a Zoobotânica ficou de nos enviar através do biólogo e, até agora, não enviou, e nós ficamos de repassar para as lideranças das ilhas.

O SR. LUÍS FERNANDO PERELLÓ: Na minha fala inicial, eu comentei que a ideia, o rito que estávamos adotando seria este: nós estamos, agora, compatibilizando os regramentos da APA com a Zona de Amortecimento; feito isso, a gente vai entender que o Plano de Manejo da APA e o Plano de Manejo do Parque estão preliminarmente concluídos. E aí, sim, eu acho que vai ser proveitoso distribuir essas cópias. Se distribuir agora, vai ser distribuído um documento incompleto.

O SR. CARLOS GOMES: Então, essa distribuição seria num outro momento?

O SR. LUÍS FERNANDO PERELLÓ: Exatamente. Estamos concluindo e, aí então, faremos um resumo executivo, como se fosse um relatório de Estudo de Impacto Ambiental, adotando o mesmo rito; este documento disponibilizaríamos para as comunidades para que lessem e fizessem sugestões. Aí, podemos encaminhar alguns encontros para que as sugestões possam ser acatadas ou não, porque pode ser que muita coisa não se acate até por questões legais, mas isso é o que a gente está pretendendo. É evidente que eu tenho acesso aos documentos que estão lá na Secretaria, nós estamos trabalhando neles, e não foram disponibilizados ainda por essa razão. Acho que não seria proveitoso distribuir agora.

O SR. CARLOS GOMES: Obrigado pelo esclarecimento. Assim que estiver concluído, então, vão dar entrega para conhecimento. A sugestão é justamente que eles possam participar desse ajuste final a fim de que sejam contemplados na sua plenitude. Basicamente é isso. Quero agradecer, parabenizar e dizer que estamos sempre à disposição. Aquilo que a Assembleia puder fazer para ajudar nesse processo, nós estaremos à disposição de todos os moradores das ilhas. No mais, quero parabenizar todos pelo debate e dizer que estamos de acordo com os encaminhamentos feitos e já lidos pelo nosso Vereador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Eu quero dizer que as ilhas fazem parte do Município de Porto Alegre. Dentro da nossa competência municipal, não podemos vacilar

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

e precisamos debater cada vez mais esse assunto para que possamos ter ideias bem claras do que queremos e aonde queremos chegar.

Passo a palavra ao Sr. Cláudio Dilda, Secretário Municipal da SMAM, para que faça as suas considerações.

O SR. CLÁUDIO DILDA: Só para reiterar e ratificar: o Executivo Municipal está comprometido com esta causa, com esta questão e, assim que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que é quem, por competência, trata deste assunto, entender que devamos coparticipar, é só se manifestar, obviamente não esquecendo dos compromissos inerentes ao Município como um todo, no que diz respeito à gestão territorial das ilhas.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito bem, Secretário. O Presidente da Colônia me dá uma informação de que já foi disponibilizada a minuta do Plano de Manejo. É isso, Seu Vilmar? Vocês já têm?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Mil e quinhentas páginas? Dá para se divertir um pouco, não é?

O SR. LUÍS FERNANDO PERELLÓ: Por isso que a nossa ideia é justamente não disponibilizar um documento da maneira como está sendo proposto, é justamente fazer um resumo executivo – chamamos assim –, um documento síntese, que traz os principais encaminhamentos do plano. Rafael, queres fazer alguma consideração? O Rafael é gestor do Parque Estadual do Delta do Jacuí?

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Sr. Rafael Caruso Erling está com a palavra.

O SR. RAFAEL CARUSO ERLING: Boa noite, Vereador; boa noite a todos. Só uma consideração, então, complementando a informação que o Sr. Vilmar colocou. Na verdade, os documentos foram disponibilizados por mim, que sou gestor do Parque

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

Estadual Delta do Jacuí e da Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ), para os conselheiros, para o Conselho Deliberativo da APA. Então, para os conselheiros foram disponibilizados os documentos na íntegra, e para as demais pessoas que se colocaram diretamente interessadas à minha pessoa eu disponibilizei em mãos. Eu tinha esse documento disponível na sede do parque e da APA. Por isso que algumas pessoas têm a posse desse documento, mas, como o Secretário muito bem colocou, o momento da discussão é mais para o futuro. Como os conselheiros fazem parte dessa discussão desde o início, então foi disponibilizado a eles para enriquecer a conversa, a discussão e a complementação desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Muito obrigado.

O SR. LUIS FERNANDO PERELLÓ: Sem tomar muito o tempo dos senhores, vou repassar rapidamente algumas colocações que eu entendo que dizem respeito à Sema. Em primeiro lugar, eu queria deixar registrado que eu constatei uma clara evolução do nosso último encontro para hoje, a principal foi mencionada pela Beatriz. Hoje, vejo mais atores relacionados diretamente com essa proposta, envolvidos na discussão; e entre eles, especialmente, o Cláudio Dilda, que é Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, que já foi Secretário Estadual do Meio Ambiente, e que, seguramente – como eu, que está há pouco tempo na nova função –, dará uma contribuição muito grande não só pela sua experiência pessoal, pelo seu patrimônio de conhecimento e pelo histórico que tem, mas pelo fato, justamente, de ser o gestor ambiental do Município de Porto Alegre, cujo território incide sobre a área das ilhas. Desde já, sei que posso contar com esse envolvimento do Dilda. O Major Rodrigo falou que a Brigada, embora envolvida mais diretamente com fiscalização e não com planejamento, eu só queria dar um depoimento, aqui, nós estamos por conta da Lei Complementar nº 140, que está passando boa parte das atribuições que eram da União para o Estado e algumas para o Município, mas, ao contrário do que ele disse, nós, ali da Sema, estamos contando de forma muito diferenciada com o apoio da Brigada Militar, justamente no planejamento dessas ações que passarão para o Estado. É de autoria de um major da Brigada, o Major João, praticamente toda a compilação da regulação legal que o Estado vai adotar; ele tem dado uma contribuição muito grande, não só ele, mas como o Major Becker, enfim, todo o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

pessoal do Comando Ambiental subordinado ao Cel. Ângelo tem-nos ajudado muito nessa fase de planejamento.

Bom, Irmão Laurindo, eu concordo: está tudo muito demorado mesmo. Tenho que dizer que é muito demorado mesmo.

Vou passar rapidamente, aqui, algumas coisas que colocaram. O Sr. Vilmar comentou sobre um documento que foi assinado pelo Secretário, se o senhor tiver cópia. Tem cópia do documento? Eu não tenho conhecimento do documento, Sr. Vilmar. Se o senhor puder me ajudar e me passar esse documento para a gente poder esclarecer do que se trata exatamente e para ver que tipo de encaminhamento a gente dá com relação a esse documento que o senhor falou que foi assinado pelo Secretário que antecedeu.

O Udo falou sobre a recuperação da Casa da Pólvora. Nós estamos, neste momento, providenciando uma estimativa de custo para recuperarmos aquela área ali, e vamos ver se é possível fazer com medida compensatória, enfim. Nós estamos estimando o quanto vamos gastar para poder recuperar aquela área ali, que nós, sim, entendemos de grande importância e que pode ser, inclusive, a porta de entrada para o parque, dentro desse tratamento de turismo aí que se pensa dar para essa área.

Estou sendo informado, aqui, pelo Chefe de Gabinete lá da Sema que o documento que o Sr. Vilmar se refere é um documento que pretende regular a pesca naquela área do Parque, até que se tenha o plano de manejo. Esse é o documento que foi assinado. Eu não conheço o teor do documento.

O Salomão de Souza Oliveira fez uma consideração sobre o que eu teria considerado, aquilatado como uma solução simples, essa relacionada com os pescadores. Eu sigo dizendo que é uma relação simples, sim. Ela só é difícil se a gente quiser chegar nessa solução de maneira isolada. E não é a isso que nós estamos nos propondo e não é isso que eu falei e que eu venho falando desde o nosso encontro na Assembleia. Nós estamos preconizando que essas soluções devem, obrigatoriamente, ser buscadas no conjunto. Que fique bem claro isso. Por isso eu acho simples. Ela é simples quando todos estão voltados para o mesmo propósito. Então, é simples. Com certeza, nós vamos achar solução para isso, que atenda a todos os interesses, os interesses dos pescadores, evidentemente, os interesses da conservação, da qual a gente não pode se afastar, os interesses econômicos que estão ali e todos os outros. Continuo achando que vai ser simples. A Beatriz, já comentei, destacou os outros atores aqui. Como outros atores não

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

só de Porto Alegre, mas menciono Vereadores de outros Municípios, nosso Vice-Prefeito de Eldorado, que já participou da outra audiência e é uma pessoa muito interessada na solução dessas questões. Os Municípios precisam se envolver diretamente nessa discussão. É bom saber que em Eldorado, segundo o Vereador, está criada uma comissão para acompanhar essa discussão. O Ver. Fábio foi o único que fez uma pergunta sobre como a gente vai conduzir essa questão daqui para frente. Vamos conduzir assim: estamos agora compatibilizando esses dois documentos; feito isso, vamos produzir um relatório executivo, numa linguagem que todos possam entender, de maneira resumida, com as principais decisões, zoneamentos e regramentos para essa área. Vamos disponibilizar isso. Vai ser feito isso. Quando, não sei, mas gostaria que fosse amanhã. Não é possível porque nós estamos com reuniões semanais, trabalhando diretamente nisso. É impossível dar uma data sem poder cumprir, até porque dependo de outras pessoas. Queria dizer para vocês: sou Biólogo, trabalho com conservação da biodiversidade há 20 anos. Estou, neste momento, como Secretário Adjunto e me escalei para trabalhar nisso, eu pessoalmente estou trabalhando nisso. Saio lá e vou para as reuniões. É um compromisso que tenho, que assumi com o próprio Secretário para podermos agilizar da maneira mais rápida possível. Está sendo conduzido de forma bem ágil, dentro do que podemos entender como ágil, dentro das nossas estruturas que são pequenas, tem pouca gente, e as pessoas fazem outras coisas, enfim. Amanhã tem reunião, inclusive. Era mais ou menos isso.

Não quero tomar o tempo dos senhores, só queria dizer uma coisa: a gente tem tradicionalmente, em função do nosso histórico – foi assim que a gente aprendeu –, a tendência de separar as coisas. Quando se diz “as pessoas e o meio ambiente”, estamos dizendo isso fazendo a crítica de que existe a separação, estamos justamente exercitando a separação. As pessoas e o meio ambiente. As pessoas lá, e o meio ambiente aqui. Nós aprendemos que as pessoas ficam de um lado e tudo o que não é pessoa, que é ambiente natural, fica do outro lado. Quero dizer que, na verdade, a gente deve se apartar desse tipo de entendimento. Não é esse entendimento que vigora nos órgãos ambientais, posso garantir, porque se fosse assim, boa parte dos regramentos nem precisavam ser produzidos. A gente faz os regramentos justamente para poder compatibilizar a presença do humano, as atividades do humano com as questões de conservação. É só por isso que a gente faz os regramentos. Se não fosse assim, não precisaria de regramento nenhum,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

estava posta a situação. Essa preocupação que se tem com a conservação do Parque tem um foco só – justamente as pessoas que dependem do Parque – este é um dos focos principais. É por isso que se quer regradar. A gente quer garantir que as pessoas que pescam hoje continuem pescando por muitos e muitos anos: ele, seus filhos, seus netos, e tudo mais. É só por isso que são feitos os Planos de Manejo. É para regradar o uso, só por esta razão. Não trabalhem com esse discurso: “as pessoas e o meio ambiente”. Já falei lá na Assembléia e volto a falar aqui: a Secretaria do Meio Ambiente é associada, é parceira, é aliada aos propósitos dos moradores. O que ocorre é que a Secretaria do Meio Ambiente, por questões legais, é obrigada a observar a legislação que trata das questões ambientais.

Fiquei muito feliz hoje porque, pela primeira vez, ouvi objetivamente de alguém do Ministério Público de que é possível, sim, Dr. Luciano – isso não é comum, felizmente esta pessoa está envolvida aqui conosco nesta solução – a gente sentar e buscar um regramento para isso sem desconsiderar a legislação vigente, mas levando em conta que a legislação que está aí não foi feita para o Delta do Jacuí, não foi feita para as ilhas de Porto Alegre. Agora saio mais satisfeito daqui porque eu não tinha ainda conversado com o MP sobre isto. A gente está se guardando para ir lá conversar com eles e levar coisas concretas. Acho que, a partir de hoje, está iniciada esta conversa. Acho que vai dar jogo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal) : E a gente fica feliz porque este jogo começa aqui na Câmara de Porto Alegre. O Sr. Luciano de Faria Brasil, Promotor, está com a palavra.

O SR. LUCIANO DE FARIA BRASIL: Também não quero tomar o tempo dos meus estimados colegas de Mesa, nem dos prezados amigos do plenário porque o tempo já vai largo, são quase 21h30min, sei que todos trabalharam o dia todo, certamente estão ansiosos para chegar em casa, jantar, ouvir música, olhar tevê e descansar. Como membro do Ministério Público reafirmo o que foi dito antes, e é uma prática nossa na área de regularização fundiária: construir regimes jurídicos adequados à situação que deve ser tratada. São soluções feitas para o caso, sem desconsiderar as balizas legais maiores, mas soluções que sejam pertinentes e não impostas de cima pra baixo. Aquelas soluções, como foi dito aqui, que não contam com o apoio da comunidade, acabam por fracassar.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

Para que elas sejam verazes, tenham eficácia, têm que contar com o apoio, o engajamento das pessoas que vão ser parte nisso tudo, senão será mais um pedaço de papel, mais um documento que, daqui a 10, 15 anos, outro Promotor, outro Secretário e outros Vereadores vão estar aqui discursando, dizendo que tem que ser cumprido. Nós temos que virar essa página. O Ministério Público exige, cobra, demanda, pede o que deve ser feito. Ele não indica necessariamente como deve ser feito porque nós deixamos isso à esfera de inscrição dos órgãos públicos, porque entendemos que não devemos substituir os administradores porque foram eleitos e escolhidos para isso. Deixo aqui apenas uma sugestão, que já fiz anos atrás à outra Administração Estadual e à outra Administração Municipal: optou-se por uma estratégia de sequência dos atos, ou seja, haveria consultas, depois se faria o Plano de Manejo; a partir do Plano de Manejo, haveria uma revisão eventual de legislação e edição de atos normativos e, a partir daí, se praticariam os atos materiais necessários. Sempre achei isso tranquilo, mas nem todos os atos dependem do Plano de Manejo. Sempre ponderei a autoridades públicas que, em vez de fazer sequencialmente algumas atividades, poderiam ser feitas todas ao mesmo tempo, simultaneamente, porque isso abreviaria o tempo. O tempo é a grande questão que nos traz até aqui, como foi observado por muitos que aqui falaram, o nosso Dep. Carlos Gomes, o Irmão Laurindo, o nosso amigo corretor de imóveis Ricardo Pereira – budista, se bem me recordo, escreveu um livro sobre o assunto, sempre tão pertinente a preocupação com o tempo, bem própria da tradição oriental. Por que isso, meus amigos? Porque nós vemos aqui, e eu percebo uma convergência de entendimentos. Essas convergências, no Poder Público, às vezes são efêmeras, elas dependem de uma constelação de interesses, de tempo e de fatores. Nem sempre nós conseguimos que essa convergência se sustente, nem sempre essa situação é permanente, muitas vezes é muito provisória.

Daqui a seis meses e meio termina o ano. O ano que vem é um ano eleitoral. Aqui falo como cidadão, não falo como promotor. Em ano eleitoral, todos os senhores sabem – na atividade do Ministério Público, passei por muitos anos eleitorais no exercício do diálogo com a comunidade – que o discurso muda e as condições de decisão do Poder Público mudam. Então, temos que ultimar esses atos. Tem uma questão, por exemplo, que acredito, Secretário, que pode ser trabalhada paralelamente à questão do Plano de Manejo, que é a questão da titulação das áreas, porque as comunidades, muitas vezes,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

estão em cima de áreas públicas. Então, vamos trabalhar nessa titulação, vamos devolver às comunidades a posse legal da terra por meio de instrumentos urbanísticos, que hoje são muitos. Depois do Estatuto da Cidade, temos muitos instrumentos, não é como era há 20, 30 anos. Ou então, estão em cima de áreas privadas, que não pertencem às pessoas. Então, vamos ajudar propondo ações de usucapião, colocando a Procuradoria-Geral do Estado e a Procuradoria-Geral do Município à disposição das comunidades. Temos essas questões que podem ser trabalhadas paralelamente. Acho que tem que passar à ação, porque se nós não passarmos à ação, realmente, nós podemos perder essa janela, e essas janelas não acontecem sempre.

Quando participamos, todos, agentes políticos, comunidade, Ministério Público, daquela discussão, meu querido amigo, Fábio, lá na Assembleia Legislativa, na Comissão Estadual sobre o Delta do Jacuí, aquilo ali foi uma janela, mas foi em ano eleitoral, muito complicado, muitas ideias boas foram depositadas ali, muito material interessante está ali depositado justamente nesse relatório e nos anexos que o acompanham. Acho que temos que fazer uso disso.

Então, me coloco à disposição de todos. O Ministério Público é e sempre foi parceiro. Agradeço à Bia pela menção da qual não sou merecedor, com certeza, mas a instituição o é. O Ministério Público na área urbanística tem um diálogo permanente com as comunidades mais carentes; por isso, às vezes, nós falamos uma linguagem que talvez seja mais acessível e de mais fácil compreensão, mas não tenham dúvida, o Ministério Público está unido no sentido de querer o melhor para o povo. Ministério Público quer dizer isso, ministério é serviço público, refere-se ao povo, é serviço ao povo. Não queremos nada mais do que isso.

Agradeço a vocês e insto a todos, exorto os meus estimados colegas de Mesa para que possamos fazer com que essa convergência se traduza em fatos concretos, para que num futuro real a gente tenha algo palpável para que a população possa realmente ter em suas mãos um título de propriedade, a possibilidade de ter um programa de turismo ambiental no qual possa contribuir, a demarcação física das áreas, que venho insistindo há anos. Se tivermos isso, nossa missão estará cumprida. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): A Câmara de Vereadores de Porto Alegre cumpre o seu papel fiscalizador e de contribuir nos debates da Cidade. Diante do documento

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 17JUN2013

Pauta: Debater a aplicação do plano de manejo do parque estadual do Delta do Jacuí

distribuído pela Sema, nós estaremos também analisando e acompanhando o desenvolvimento. Se for preciso, chamaremos uma nova Audiência Pública para finalizarmos ou encaminharmos novamente propostas, porque acho que esse é o papel do Poder Legislativo da Capital.

Quero agradecer a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 21h33min.)